

Barbosa Lima Sobrinho

**U**ma situação que há muito nos preocupa, como paradoxal, ou, pelo menos, sem explicação lógica, é a que se encontra no Brasil: um país com superávit comercial considerável, no comércio exterior, e uma situação cambial precária, para não dizer aviltante, quanto à cotação de sua moeda. Não adianta mudar o nome da moeda, cruzeiro, cruzado ou oteene. Nada disso melhora a sua cotação em face das moedas de curso internacional, o dólar, o marco ou o iene. Quando o valor de nossa moeda deveria subir, e não afundar. Para que se chegue a esse resultado, não há como justificar, ou até mesmo compreender, a orientação tomada pelos que têm a responsabilidade de nossa política financeira.

O que se aprende nos cursos de Economia Política é que a saldos importantes, no comércio externo, devem corresponder situações cambiais favoráveis, concorrendo para a valorização da moeda do país favorecido pelos saldos. Assim tem sido, na história de todos os povos. Já o professor Vieira Souto, no seu admirável livro póstumo, *O papel-moeda e o câmbio*, estudando os fatores, e não eram poucos, que podiam influir na situação cambial de qualquer nação, concluía dizendo que "finalmente, e como fator principal, estava o já citado balanço do comércio internacional".

Como "fator principal", veja-se bem, e por motivos fáceis de demonstrar, uma vez que o saldo do comércio originava um fluxo de moedas estrangeiras, na troca com produtos importados de menor valor. Entretanto, o que está acontecendo com o Brasil é que um superávit de cerca de 18 bilhões de dólares assiste, de braços cruzados, à queda da moeda nacional em proporções nunca vistas, na história financeira do Brasil, em que já houve até períodos de câmbio ao par. Um dólar, que era cotado em 14 cruzados, aos tempos do ministro Funaro, está hoje acima de 800 cruzados e ninguém pode prever aonde irá parar, dentro de um processo inflacionário que desespera a população brasileira. Uma taxa mensal de 27 ao mês, levaria, de certo, ao desespero povos que repelem com indignação taxas de quatro por cento ao ano. Será que se deseja pôr à prova a capacidade de resignação e de sofrimento dos brasileiros?

De certo deve haver, e há realmente, explicação para essa situação aparentemente paradoxal. Em substância, é que estamos diante de saídos na balança comercial, e de déficits na balança de contas. Temos que pagar mais do que recebemos. E se procurarmos o vilão desse resultado aparentemente anormal, não nos custará verificar que resulta de nossa dívida externa. Se somarmos o valor das importações com os 12, ou 14 bilhões dos pagamentos dos juros da dívida externa, vamos verificar que, em vez de credores, pela balança comercial, passamos a devedores pela balança de contas. E como o Brasil emite cruzados, e não dólares, vem naturalmente a pergunta: onde é que vai buscar esses dólares, com que paga os juros de sua dívida externa? É óbvio que vai comprar os dólares de seus donos, que são os exportadores dos produtos brasileiros, que compõem aquele saldo de cerca de 18 bilhões de dólares. Vamos convir que é dinheiro pra burro, e o pior é que não consta, do orçamento fiscal, verba suficiente destinada à aquisição desses dólares, com que paga os juros de nossa dívida externa. Por isso é que nem chega a figurar no famoso

déficit público, de que falam os nossos graciosos financistas. Será que já se chegou a fazer um paralelo entre os compromissos do déficit público e a imensa quantia reclamada para o pagamento dos juros? E se o Brasil não tem dotações orçamentárias suficientes para a satisfação de tais compromissos, não lhe restará outra solução do que emitir títulos da dívida pública interna, ou o papel-moeda que complete as quantias necessárias à compra dos dólares de que são donos os exportadores brasileiros. Porque não é possível pagar dólares com cruzados. O credor não admittira receber em moeda que não possui curso internacional. Precisa, pois, de dólares e não há outro remédio do que se valer dos dólares, que resultaram da exportação dos produtos brasileiros.

Se não quiser onerar demasiadamente a dívida interna, terá que se valer exclusivamente, para o pagamento aos exportadores, das emissões de papel-moeda. Para isso a Casa da Moeda terá que fornecer, dada a cotação do dólar, não menos de cinco trilhões de cruzados, à custa da majoração da base monetária, o que, por si só, concorrerá para desencadear um processo inflacionário, que explica, de sobra, os 27% impostos ao povo brasileiro. E não somente isso, com a crescente valorização do dólar estamos pondo à disposição dele, se assim o entender, o patrimônio público nacional.

Tudo isso, aliás, apenas para o pagamento dos juros, que a quitação do principal fica adiada indefinidamente. Nem os credores querem outra coisa do que ter base para o pagamento dos juros, como uma verdadeira contribuição das colônias que não deixamos de ser, por mais que apregemos a independência do país. E com a engrémagem de juros unilaterais, arbitrados pelos credores, encontramos uma situação semelhante àquela que existia no sistema das habitações, quando o devedor pagava, pagava, e quando ia verificar as contas, estava devendo cada vez mais do que no começo das operações.

Quem tiver dúvidas a esse respeito, basta recorrer aos números do próprio Banco Mundial. Pois que vai saber que, no período de 1982 a 1986, o Brasil pagou 73.654 milhões de dólares, de dólares e não cruzados. E quando foi ver as contas, verificou que, apesar desse enorme pagamento de mais de 73 bilhões de dólares, a dívida subira, nesse mesmo período de quatro anos, de 71 bilhões a 110 bilhões, ainda de acordo com os números do Banco Mundial.

Essa a situação desesperadora criada pelos dirigentes das finanças brasileiras, ao longo dos 22 anos do governo militar, já acrescidos dos dois ou três anos do que se vem chamando de Nova República, e que só é nova realmente no título adotado, uma vez que até os nomes permanecem os mesmos, num processo mais de promoção do que de mudança.

Tudo consequência de uma fase em que os banqueiros internacionais, à custa dos petrodólares, vendiam empréstimos como quem vende pipocas, na frase excelente de Anthony Simpson. Com o objetivo de descapitalizar os países do Terceiro Mundo, em proveito das nações ricas, por meio de juros flutuantes que traduzem bem o que há de mais espoliativo no chamado capitalismo selvagem. E quando verificamos que, depois de quatro anos, pagamos 73 bilhões de dólares, numa dívida que cresceu de 71 a 110 bilhões de dólares, não cabe se não uma pergunta, que traduz a ansiedade de povos oprimidos: que adianta pagar?